

A POLARIZAÇÃO MUNDIAL*

Carlos de Castro NEVES NETO**

Linha de Pesquisa: Estudos Rurais

Nível: Mestrado

Ao atentarmos para a atualidade em nível local (Brasil) e mundial, encontraremos um planeta Terra altamente globalizado, ou melhor, mundializado (CHESNAIS, 1996), termo mais conceitual que define melhor a situação em que vivemos. Essa mundialização, principalmente de capitais (financeiros) que rege a economia do planeta se intensifica no final da década de 1980 e na década de 1990. Chesnais nos mostra que isto acontece, sobretudo por dois motivos principais: 1º) O grande acúmulo de capitais armazenados nos países desenvolvidos desde 1914; 2º) Políticas de desregulamentação de capitais, privatizações, fusões/aquisições, terceirização, etc.

Quando analisamos a relação cidade/campo nas últimas décadas, a mundialização aparece de forma mais nítida e com conseqüências muitas vezes prejudiciais à maioria da população. Lefébvre (1999) desenvolve o conceito de tecido urbano, onde destaca que, atualmente, não há mais uma separação entre a cidade e o campo, mais sim uma sociedade urbana. Ocorreu uma profunda industrialização do campo e o capital pretende se apropriar da renda da terra, tanto dos grandes proprietários, quanto dos pequenos (MARTINS, 1982).

No Brasil, a industrialização do campo se realiza, com maior intensidade a partir de 1956/1961, com a chegada da indústria pesada no Brasil. Graziano da Silva (1981) defende que o desenvolvimento rural brasileiro se apoiou no capital externo (grandes empresas multinacionais), no capital interno (proprietários rurais) e no capital estatal (subsídio agrícola). O autor mostra que essa modernização agrária beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos pequenos. Aumentou-se a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da sociedade.

Assim como a mundialização não acontece de forma uniforme no mundo, a industrialização do campo também se realizou seletivamente. Apenas 20% do campo brasileiro foram modernizados (principalmente na região Sudeste), ou seja, utilizou grande número de máquinas e herbicidas, fungicidas, inseticidas, insumos e aproveitou do crédito agrícola. Os outros 80% ficaram à margem desse processo, diminuindo a capacidade dos pequenos produtores de “viverem da terra” (MULLER, 1989). Esse minifundiário migra para a cidade, acarretando sérios problemas habitacionais, aumento no número de favelas, desemprego. Muitos migrantes do nordeste vão para São Paulo em busca de melhores condições de vida.

Muller (1989) desenvolve o conceito de Complexo Agroindustrial (CAI), onde enfatiza a relação de interdependência entre a cidade e o campo que, para esse autor, ocorreu principalmente no final de 1960 e na década de 1970. Nesta época, o crédito agrícola estatal foi elevado, beneficiando, preponderantemente, as grandes culturas monocultoras como a soja, o trigo, o milho e o arroz. A agricultura brasileira expandiu para o Centro Oeste, destruindo uma boa parte do cerrado brasileiro. Ab'sáber (2003) demonstra que a rizicultura e a pastagem, além de destruírem esse importante tipo de vegetação brasileira, também contribuiu para a quase eliminação das pradarias no Sul do país, a destruição dos recursos naturais é apresentado na figura pela fumaça que é o símbolo da industrialização, conseqüentemente também significa a poluição e a diminuição dos recursos hídricos, da fauna, flora, ou seja, a esgotabilidade dos recursos naturais.

Analisando a modernização agrária no Brasil, nos deparamos com uma agricultura altamente polarizada. De um lado, convivemos com latifúndios, altamente capitalizados, que se dedicam ao plantio de culturas destinadas ao mercado externo; como a cana-de-açúcar, soja, milho e trigo. Por outro lado, encontramos o pequeno proprietário que mal consegue sobreviver de sua terra. Ou, em pior situação, vivem os acampados do MST que enfrentam enormes dificuldades: fome, medo da violência dos

* Texto elaborado na prova de seleção para o curso de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Presidente Prudente-SP em julho de 2006.

** Mestrando no curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Presidente Prudente-SP. E-mail: castroneves@zipmail.com.br. Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

jagunços, desemprego, falta de terra, moradia, etc. Necessitam acampar nos latifúndios para pressionar o governo a fazer a reforma agrária, ou assentá-los (FERNANDES, 2000).

Essa polarização do mundo e do Brasil, em particular, pode ser notada na ilustração apresentada, onde aparecem duas faces da terra. Em uma face vivem os beneficiados por essa globalização, que se beneficiam de suas benesses: moram em grandes e fortificados complexos residenciais, ganham elevados salários, aplicam no mercado financeiro, ganhando com a especulação. Na outra face do globo, apresentado na figura, residem os excluídos, ou também, denominados por Karl Marx, de exército industrial de reserva e também foi elaborado o conceito de aglomerados urbanos, por Haesbaertt (2004). Embora os nomes dos conceitos se diferem, os seus sentidos são os mesmos: milhares de pessoas sofrendo com o desemprego, fome, violência, falta de moradia, de terra, etc. Haesbaertt (2004) denomina essa grande parte da população de os “sem classe”, pois não podemos classificá-los em nenhuma classe social. Estes estão excluídos de tudo: do emprego, da moradia, dos estudos, do lazer. Como pensar em democracia, sem antes entender e solucionar essa enorme segregação social.

Para tentar superar essa situação caótica em que vivemos alguns outros intelectuais pesquisaram com afinco a globalização mundial e propuseram soluções. Santos (2001) argumenta que o mundo atual apresenta-se com a tirania do dinheiro e da informação que regem a produção mundial. Os países atingiram um grau de competitividade nunca visto antes na história do capitalismo e essa competitividade quebra as relações sociais mais solidárias entre os povos. Daí, Santos propor uma relação mais horizontal, ou seja, solidária entre os povos e menos vertical (competitivo). Seguindo raciocínio semelhante, Singer (1998) propõe o fortalecimento das cooperativas. Porém, esse apoio se daria de forma solidária, e não na busca desenfreada pelo lucro. Esse autor desenvolve a idéia do surgimento do banco do povo, com a finalidade de subsidiar a pequena agricultura, com juros baixos.

Em pleno século XXI, convivemos com um aumento exagerado da poluição (representada pela fumaça na ilustração dada), destruição dos recursos naturais, diminuição da biodiversidade e da camada de ozônio, eliminação de boa parte das florestas “em nome do desenvolvimento”. As soluções para esses problemas e para todos os outros abordados anteriormente são difíceis e complexos. Porém, os pesquisadores das Ciências Humanas e, sobretudo, os Geógrafos não podem se furtar da realidade em que vivem. Cabem a esses profissionais o entendimento desses agravantes mundiais e proporem alternativas para amenizá-los.

Referências bibliográficas

- AB’SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HAESBAERTT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.
- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.